



AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE 2026

Município de Itambaracá · 2º Bimestre de 2026

Apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao período de janeiro a abril de 2026, em cumprimento ao dever de transparência fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

PERÍODO: JAN-ABR 2026

BIMESTRE: MARÇO-ABRIL

Objetivo e Fundamentação Legal

Objetivo da Audiência

Apresentar, em linguagem acessível, os principais resultados orçamentários e fiscais do Município no 2º bimestre de 2026, permitindo que a população, os vereadores, os conselhos municipais, os servidores e os órgãos de controle acompanhem a execução fiscal.

Base Legal — LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece instrumentos de transparência da gestão fiscal, entre eles os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas, pareceres prévios, o RREO e o Relatório de Gestão Fiscal. A LRF também prevê incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de planejamento e acompanhamento fiscal.

O RREO é previsto no art. 52 da LRF e deve apresentar, de forma resumida, a execução das receitas e despesas, permitindo o acompanhamento periódico da situação orçamentária do ente público.

O que é o RREO?

O RREO é um relatório fiscal que mostra, de forma resumida, como o Município está executando o orçamento ao longo do ano. Ele permite responder perguntas essenciais sobre a gestão pública municipal:



Receitas

Quanto o Município previa arrecadar e quanto já arrecadou até o período.



Despesas

Quanto estava autorizado a gastar e quanto já foi empenhado, liquidado e pago.



Saúde e Educação

Quanto foi aplicado nas áreas de Saúde e Educação e se os mínimos constitucionais estão sendo cumpridos.



Limites Legais

Se os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal estão sendo respeitados, incluindo despesa com pessoal e endividamento.



Resultado Fiscal

Se há superávit ou déficit no período e qual é a situação dos restos a pagar.

Resultado Orçamentário Geral — Síntese

Até abril de 2026, o Município apresentou execução orçamentária com superávit de R\$ 2.203.096,13, indicando que as receitas realizadas superaram as despesas liquidadas no período analisado.

R\$17,54M

Receita Realizada

42,29% da previsão anual de R\$ 41,48 milhões

R\$15,33M

Despesa Liquidada

Sobre dotação atualizada de R\$ 41,59 milhões

R\$13,67M

Despesa Paga

Valor efetivamente desembolsado no período

R\$2,20M

Superávit Orçamentário

Resultado positivo no período jan-abr/2026

✓ O Município arrecadou mais do que liquidou em despesas no período. A execução está em andamento e deve continuar sendo acompanhada nos próximos bimestres, pois o orçamento é anual.

Receita Corrente Líquida — RCL

Apuração da RCL

A Receita Corrente Líquida do Município, apurada no período de maio de 2025 a abril de 2026, foi de R\$ 41.653.055,64. A RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal foi de R\$ 40.001.288,51.

A RCL é uma das principais bases de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela serve para medir a capacidade financeira do Município e calcular limites, especialmente o limite de despesa com pessoal.

Composição das Receitas Realizadas

As receitas totais realizadas foram de R\$ 17.541.435,26, sendo as receitas correntes responsáveis por R\$ 12.908.590,37. As transferências correntes somaram R\$ 11.151.638,84, demonstrando a relevância dos repasses constitucionais e legais para o financiamento das políticas públicas municipais.

Principais Transferências

FPM (Cota-Parte): R\$ 5.549.858,95

ICMS (Cota-Parte): R\$ 1.989.737,09

IPVA (Cota-Parte): R\$ 425.055,80

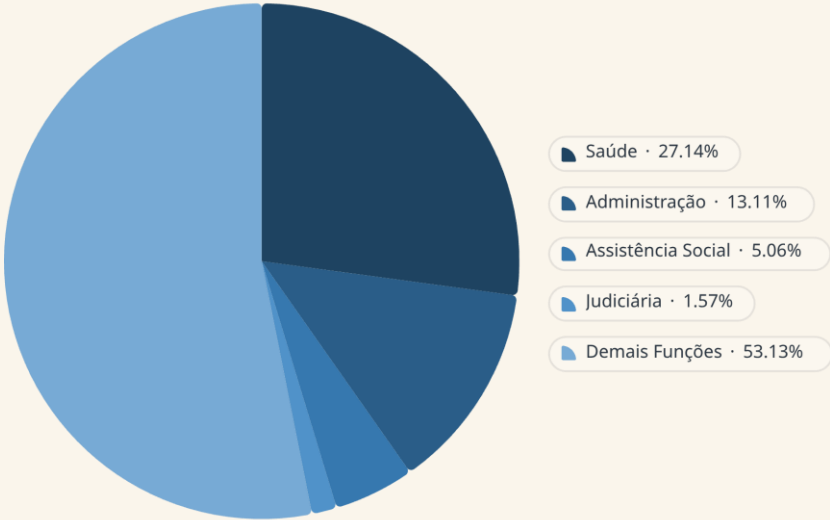
FUNDEB: R\$ 1.853.368,82

A maior parte da receita municipal vem de transferências da União e do Estado — situação comum em municípios de menor porte, reforçando a importância do acompanhamento das transferências constitucionais.

Despesas por Função

Até abril de 2026, as despesas liquidadas totalizaram R\$ 15.338.339,13. A distribuição por função demonstra as prioridades de execução do Município no período:

Função	Despesa Liquidada	% do Total
Saúde	R\$ 4.162.275,60	27,14%
Administração	R\$ 2.010.235,40	13,11%
Assistência Social	R\$ 776.053,67	5,06%
Judiciária	R\$ 240.581,71	1,57%



A Saúde representou 27,14% das despesas liquidadas, seguida pela Administração com 13,11% e Assistência Social com 5,06%, refletindo as prioridades constitucionais do Município.

Educação — Aplicação em MDE

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais foi de R\$ 11.018.119,22 até o período. O valor mínimo exigido para aplicação em MDE foi de R\$ 2.754.529,81, e o valor efetivamente aplicado foi de R\$ 2.852.851,66, resultando em 25,89% aplicado.



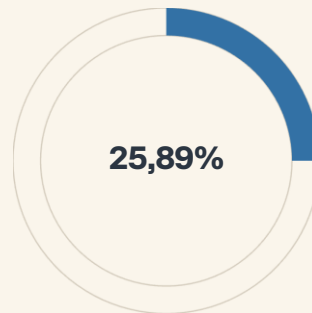
O Município aplicou 25,89% em Educação — acima do mínimo constitucional de 25%.

FUNDEB

As receitas do FUNDEB recebidas no exercício somaram R\$ 1.798.882,29 até o período. O percentual aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica foi de 104,29%, muito acima do mínimo de 70% exigido pela legislação.

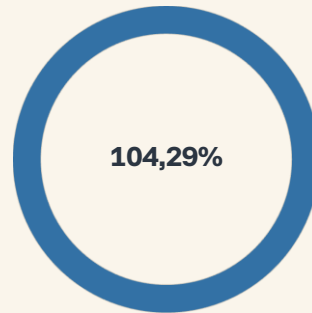


Aplicação no FUNDEB para remuneração de profissionais: 104,29% — acima do mínimo de 70%.



MDE Aplicado

Mínimo exigido: 25%



FUNDEB — Profissionais

Mínimo exigido: 70%

Saúde — Aplicação em ASPS

Ações e Serviços Públicos de Saúde

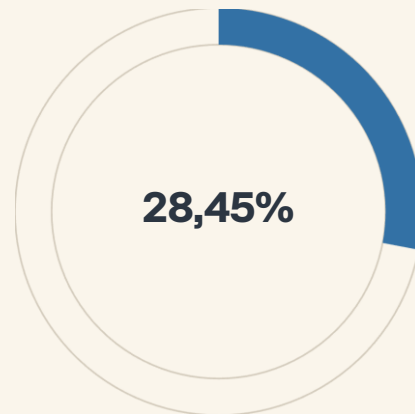
As receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais somaram R\$ 11.018.119,22 até o bimestre.

As despesas liquidadas com ações e serviços públicos de saúde somaram R\$ 3.134.676,76, com percentual aplicado de 28,45%, acima do mínimo legal de 15%.



O Município cumpriu o limite mínimo constitucional/legal de aplicação em saúde: 28,45% aplicados contra o mínimo de 15% exigido.

A legislação exige que o Município aplique pelo menos 15% da receita de impostos e transferências em saúde. Até abril de 2026, Itambaracá aplicou 28,45% — percentual quase o dobro do mínimo legal, demonstrando prioridade na área da saúde pública.



ASPS Aplicado

Mínimo exigido: 15%

A Saúde também foi a maior função de despesa liquidada no período, com R\$ 4.162.275,60, representando 27,14% do total das despesas liquidadas.

Despesa com Pessoal e Limites da LRF

A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de R\$ 18.577.795,13, correspondente a 46,44% da Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 40.001.288,51.

Indicador	Valor (R\$)	Percentual (%)	Situação
Despesa Total com Pessoal	R\$ 18.577.795,13	46,44%	 Dentro do limite
Limite de Alerta	R\$ 19.440.626,22	48,60%	Abaixo
Limite Prudencial	R\$ 20.520.661,01	51,30%	Abaixo
Limite Máximo	R\$ 21.600.695,80	54,00%	Abaixo



O Município está abaixo do limite de alerta (48,60%), do limite prudencial (51,30%) e do limite máximo (54,00%) da LRF para despesa com pessoal.

A despesa com pessoal está controlada em relação aos limites legais. Mesmo assim, deve continuar sendo monitorada, porque aumentos salariais, contratações, encargos e queda de receita podem alterar esse percentual nos próximos quadrimestres.

Dívida, Garantias e Operações de Crédito

Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo Simplificado do RGF informa Receita Corrente Líquida de R\$ 41.653.055,64 e Dívida Consolidada Líquida de R\$ -4.991.113,49, correspondente a -12,31% da RCL ajustada para endividamento.

O limite definido por Resolução do Senado Federal é de 120%. O Município está muito abaixo desse limite.

Garantias e Operações de Crédito

O demonstrativo registra R\$ 0,00 em garantias concedidas e R\$ 0,00 em operações de crédito no período. Isso indica ausência de novos empréstimos ou financiamentos informados nesse demonstrativo, o que contribui para a solidez fiscal do Município no período analisado.



Dívida Consolidada Líquida: - 12,31% da RCL. Limite do Senado: 120%. Situação amplamente favorável.



Resultado Primário e Resultado Nominal

Resultado Primário

O demonstrativo dos resultados primário e nominal aponta resultado primário sem RPPS de R\$ -845.888,39, pela metodologia "acima da linha".

O resultado primário mostra a diferença entre receitas e despesas primárias, sem considerar efeitos financeiros como juros. Quando o resultado é negativo, significa que, naquele recorte de apuração, as despesas primárias consideradas superaram as receitas primárias consideradas.

Resultado Nominal

O resultado nominal sem RPPS, também apurado acima da linha, foi de aproximadamente R\$ -475.010,00, considerando o resultado primário e os juros ativos e passivos informados no demonstrativo.



Esse dado deve ser acompanhado junto com o caixa, restos a pagar, cronograma de arrecadação e execução orçamentária para uma análise completa da situação fiscal.



Restos a Pagar

Restos a pagar são despesas assumidas em exercícios anteriores que ainda não foram totalmente pagas. O acompanhamento é importante para verificar se o Município está mantendo equilíbrio entre compromissos assumidos e capacidade financeira de pagamento.

Saldo Total

R\$ 3.386.764,03 de restos a pagar até o período

Restos Processados

Saldo: R\$ 82.736,61

Pagos: R\$ 1.348.024,33

Restos Não Processados

Saldo: R\$ 3.304.027,42

Pagos: R\$ 3.315.375,03

PPP

O demonstrativo de Parcerias Público-Privadas não apresenta valores de impacto financeiro registrado no período.

Síntese Executiva — Indicadores do 2º Bimestre de 2026

Indicador	Resultado
Receita prevista atualizada	R\$ 41.481.912,40
Receita realizada até abril	R\$ 17.541.435,26 (42,29%)
Despesa empenhada	R\$ 16.905.915,19
Despesa liquidada	R\$ 15.338.339,13
Despesa paga	R\$ 13.675.161,06
Superávit orçamentário no período	R\$ 2.203.096,13
Receita Corrente Líquida	R\$ 41.653.055,64
Despesa com pessoal (Executivo)	46,44% da RCL Ajustada ✓
Educação — MDE	25,89% (mínimo: 25%) ✓
Saúde — ASPS	28,45% (mínimo: 15%) ✓
FUNDEB — Profissionais	104,29% (mínimo: 70%) ✓
Dívida Consolidada Líquida	-12,31% da RCL (limite: 120%) ✓
Restos a pagar — saldo total	R\$ 3.386.764,03
PPP	Sem impacto financeiro registrado

Conclusão Executiva

Com base nos demonstrativos oficiais do RREO e do RGF referentes ao 2º bimestre de 2026, o Município de Itambaracá apresentou execução orçamentária com receitas realizadas de R\$ 17,54 milhões e despesas liquidadas de R\$ 15,33 milhões até abril de 2026, resultando em superávit orçamentário no período.

Educação ✓

Aplicação de 25,89% em MDE — acima do mínimo constitucional de 25%. FUNDEB com 104,29% aplicado na remuneração dos profissionais, acima do mínimo de 70%.

Saúde ✓

Aplicação de 28,45% em ASPS — acima do mínimo legal de 15%, demonstrando prioridade na área da saúde pública municipal.

Pessoal ✓

Despesa com pessoal em 46,44% da RCL Ajustada — abaixo dos limites de alerta (48,60%), prudencial (51,30%) e máximo (54,00%) da LRF.

Endividamento ✓

Dívida Consolidada Líquida de -12,31% da RCL, muito abaixo do limite de 120% do Senado Federal. Sem operações de crédito no período.

❗ Os dados devem continuar sendo acompanhados nos próximos bimestres, especialmente quanto à evolução das receitas, execução das despesas, restos a pagar, resultado primário e manutenção dos limites legais.

Encerramento e Responsáveis

A audiência pública cumpre a finalidade de transparência, controle social e prestação de contas à população. Os relatórios permanecem disponíveis para consulta, análise e acompanhamento pelos órgãos de controle, Poder Legislativo, conselhos municipais e população.

Prefeito Municipal

Amarildo Tostes

Contador

Luiz Rogério dos Santos

Controle Interno

Luiz Carlos de Grande

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, determinando-se o registro em ata, com a lista de presença e os documentos apresentados. A transparência fiscal é um compromisso da Administração Municipal de Itambaracá.

Município de Itambaracá · 2º Bimestre de 2026 · Janeiro a Abril de 2026